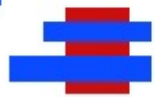


Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EM

31 de Dezembro de 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE
ALFÂNDEGA DA FÉ

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EXTERNA

Ex.^{mos} Membros da Assembleia Municipal do Município de Alfândega da Fé

Ex.^{ma} Senhora Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé

Ex.^{mos} Senhores Vereadores do Município de Alfândega da Fé

Ex.^{mos} Senhores

Introdução

1. O presente relatório é emitido nos termos da alínea d), do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro e subsidiariamente pelos deveres de acompanhamento, vigilância e fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais e ainda dos deveres previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas constante do Dec-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro.

Âmbito

2. Procedemos à revisão legal desse Município e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, de acordo com as Normas e Recomendações Técnicas aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas com data de 22 de Abril de 2015, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

Trabalhos Efectuados

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento dos aspectos essenciais da gestão do Município, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com o responsável pela contabilidade da Câmara Municipal e também com o chefe de divisão financeira, com quem fizemos reuniões periódicas para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações.

- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pelo Município tendo, neste particular, sido feitos testes à valorização dos diferentes elementos do ativo. Verificámos ainda a sua adequada divulgação, ou não, no Anexo.
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, o respectivo Anexo, a Demonstração de Fluxos de Caixa e seu anexo, com as normas constantes no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e demais normas contabilísticas aplicáveis.
- Verificação da execução orçamental de acordo com o orçamento e plano aprovados e tendo em atenção as alterações e revisões orçamentais efetuadas.
- Verificação do cumprimento da Lei dos compromissos, da legalidade na realização da despesa e, também, do cumprimento dos limites do endividamento municipal.
- Verificação da observância do estabelecido para o setor empresarial local.
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- Análise do sistema de controlo interno existente no Município, com especial incidência nas áreas de aquisições de bens e serviços, recepção de compras, aquisições e abates de imobilizado, contas a pagar, cauções e garantias prestadas por terceiros, vendas e prestações de serviços (cobrança de taxas e licenças), expedição e contas a receber, contas de custos com o pessoal tendo sido efectuados os testes de conformidade apropriados.
- Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos.
 - 2.1- Análise e teste à tesouraria e aos saldos bancários apresentados pelo Município;
 - 2.2- Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, fornecedores, outros devedores e credores, contencioso, seguradoras) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo Município, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;
 - 2.3- Testámos as operações de inventariação física das existências;

- 2.4- Inspeção documental dos principais elementos do imobilizado corpóreo, designadamente das aquisições efetuadas no decurso do exercício, confirmação directa da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens e, bem assim, a consistência da política de amortizações;
- 2.5- Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, deferimento e acréscimo;
- 2.6- Análise das situações justificativas da constituição de provisões para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- 2.7- Verificação das situações relacionadas com o cumprimento da legalidade e da entrega das retenções de impostos e contribuições às Entidades competentes;
- 2.8- Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a actualização dos capitais seguros;
- 2.9- Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente, em matéria de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços.

Informações/Anotações da auditoria e revisão das contas

3. Em consequência do trabalho efectuado, e para além dos aspectos referidos na certificação legal das contas datada de 22 de Abril de 2015, entendemos dever relatar o seguinte:

3.1 Sistema de controlo interno

- Do acompanhamento que fizemos quanto à evolução do sistema de controlo interno anotamos as seguintes situações, algumas delas já referidas em anos anteriores:

- a) Nos procedimentos de reconciliação bancária detetámos a existência de itens de reconciliação pendentes há mais de um ano. Tal facto deverá merecer uma atenção especial, já que nada justifica que se mantenha por um período tão dilatado de tempo a realização de um qualquer recebimento ou pagamento suportado adequadamente para o efeito;
- b) Em relação às existências chamamos atenção para o facto de nos procedimentos de contagem, os quais são feitos por amostragem ao longo do exercício, os desvios apurados nessas contagens deverem ser regularizados à medida que são apurados e não apenas no

- final do exercício. Tal procedimento pode ter implicações no rigor dos inventários, provocando distorções, para além de também não acautelar uma informação rigorosa e tempestiva;
- c) Relativamente ao imobilizado em curso é de referir que o setor do património já fez o levantamento de algumas obras que não se encontravam contabilizadas nas respetivas contas de imobilizado/bens de domínio público, o que vem tornar a informação financeira mais adequada à realidade patrimonial do Município;
- d) De acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Inventário e Cadastro todos os bens deveriam estar etiquetados, o que ainda não se verifica na sua totalidade. No entanto, é de referir que em alguns serviços os bens já se encontram totalmente etiquetados como, também, já se encontra afixada a ficha de carga, de forma a simplificar o seu efetivo controlo;
- e) Dos testes efetuados à área do pessoal, e do que pudemos verificar durante a realização dos nossos trabalhos, salientamos que os dispositivos de controlo existentes, quer para a presença física dos funcionários, quer para o controlo de horas produzidas e entradas e saídas, revelam alguma fragilidade, uma vez que esse controlo não é efetuado através de um sistema de controlo de presenças informatizado, ou seja, o controlo é efetuado pelo Chefe de Divisão. Todavia, é de salientar que, à data, o Município já possui o sistema de controlo de presenças informatizado que vai entrar em funcionamento nos próximos meses;
- f) Verificámos algumas insuficiências ao nível dos procedimentos de especialização dos exercícios, nomeadamente, na imputação de custos e proveitos aos anos em que ocorrem, que têm expressão na informação financeira relatada. Assim, deverá ser revisto o procedimento de especialização por forma a evitar um elevado número de movimentos efectuados na rubrica “59 – Resultados transitados” decorrentes de correções efetuadas em anos posteriores aqueles em que os custos e proveitos deveriam ter sido imputados;
- g) Relativamente às contribuições da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, chamamos a atenção para o facto de o registo das contribuições a cargo da entidade ser efetuado aquando do pagamento, ou seja, tais valores não aparecem relevados na conta 245 – XXXX, sendo usada a conta 26899 – outros credores diversos;

- h) Por questões de controlo e sobretudo para melhorar a eficácia da informação, a conta de juros suportados deveria estar desdobrada por empréstimo. Tal situação facultaria o controlo dos juros relativos a cada linha de crédito;
- i) Verificámos o cumprimento das reduções remuneratórias decorrentes da aplicação da Lei do Orçamento de 2014 (art. n.º 33 da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro), não tendo sido detetada qualquer anomalia suscetível de anotação.

3.2. Definição da Materialidade

O nosso trabalho foi planeado com base na avaliação de um risco de controlo médio, ponderadas todas as componentes do controlo interno e a sua influência no risco de controlo global. Tendo por base, como principais indicadores, os valores constantes do Balanço e Demonstração dos Resultados descritos no quadro abaixo, ajustámos a materialidade global em € 427.843,00 e a materialidade de execução em € 320.882.

| | 31-12-2013 |
|--------------------------------|------------|
| Volume de Negócios | 2 050 231 |
| Total do Activo | 44 357 453 |
| Total do Activo Líquido | 40 047 835 |
| Resultado Líquido do Exercício | 1 130 194 |
| Total dos Gastos e Perdas | 7 973 953 |
| Total dos Rendimentos e Ganhos | 9 104 147 |

3.3 Notas sobre os trabalhos efectuados e respectivas conclusões

1 – Disponibilidades

11 – Caixa

Em relação à tesouraria foram feitos testes de verificação dos saldos das folhas do caixa e não detetámos qualquer divergência entre os valores inscritos nos registos e os valores em cofre que, de resto, validámos através de procedimentos analíticos feitos à data a que nos foi possível efectuar esses testes.

Esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro, um saldo no valor de € 1.120,71.

12 – Depósitos em Instituições Financeiras

O Município prepara reconciliações bancárias para todas as contas de Depósitos em Instituições Financeiras. O saldo global desta rubrica ascende a € 367.440,47.

Fernando Peixinho & José Lima
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Procedemos à circularização de todas as Instituições Bancárias com quem o Município tem operações activas. Das cinco entidades circularizadas (C.G.D., Millenium BCP, Crédito Agrícola de Alfândega da Fé, Crédito Agrícola de Bragança e B.P.I.). Não obstante, só obtivemos resposta do BPI. O trabalho desenvolvido consistiu em testes de conformidade e de verificação substantiva das reconciliações bancárias preparadas pelo Município o que nos permitiu concluir que as 11 contas bancárias estão adequadamente conciliadas e, por conseguinte, com os saldos adequados.

Em síntese, temos:

| Conta de Razão Nº | Conta Bancária Nº | Banco Dependência | Saldo Extracto Banco | Itens de Reconciliação | | | | | Diferença | Saldo pelo Razão em 31-12-14 |
|-------------------|-------------------|-------------------|----------------------|------------------------|-----------------------------|------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|-----------|------------------------------|
| | | | | Empresa | | | Banco | | | |
| | | | | Cheques em trânsito | Débito não lançado no Banco | Crédito não lançado no Banco | Débito não lançado na Contabil. | Crédito não lançado na Contabil. | | |
| 1211 | 0035/00000166630 | C.G.D | 249 346,91 € | 22 499,50 € | | 851,18 € | 73 785,93 € | 30 299,28 € | 0,00 € | 269 482,88 € |
| 1211 | 0035/00005806430 | C.G.D | 80 571,46 € | | | | | 763,40 € | 0,00 € | 79 808,06 € |
| 1211 | 0035/00007191530 | C.G.D | 551,24 € | | | | 30,00 € | | 0,00 € | 581,24 € |
| 1211 | 0035/00009345530 | C.G.D | 4,07 € | | | | 15,00 € | | 0,00 € | 19,07 € |
| 1211 | 0035/00009716730 | C.G.D | 45,73 € | | | | 20,00 € | | 0,00 € | 65,73 € |
| 1211 | 0035/00009717530 | C.G.D | 426,29 € | | | | 60,58 € | | 0,00 € | 486,87 € |
| 1211 | 0035/00009854630 | C.G.D | 551,26 € | | | | | | 0,00 € | 551,26 € |
| 1231 | 0017/00004225449 | BCP | 812,59 € | | | | 13,80 € | | 0,00 € | 826,39 € |
| 1241 | 0045/40052203217 | CCAM - ALFAND. | 4 225,82 € | | | | 385,00 € | 73,49 € | 0,00 € | 4 537,33 € |
| 1242 | 0045/40237809541 | CCAM - MIRAND. | 2 586,84 € | | | | 7 500,00 € | 106,77 € | 0,00 € | 9 980,07 € |
| 1251 | 0010/00008819186 | BPI | 1 101,57 € | | | | | | 0,00 € | 1 101,57 € |
| | | | 340 223,78 € | 22 499,50 € | 0,00 € | 851,18 € | 81 810,31 € | 31 242,94 € | 0,00 € | 367 440,47 € |

Do teste realizado ao seguimento dos itens pendentes de reconciliação, chamamos atenção para o facto de existirem créditos não lançados no banco no valor de € 851,18 e débitos e créditos não lançados na contabilidade no valor de € 81.810,31 e € 31.242,94, respectivamente, que ainda não foram sujeitos a regularização. De referir que grande parte dos itens pendentes apresentam uma antiguidade superior a um ano.

2 – Terceiros

21 - Clientes

Relativamente a esta rubrica, efetuámos procedimentos alternativos de auditoria às circularizações (procedimentos analíticos) às contas correntes dos principais devedores de modo a obtermos um grau de segurança aceitável sobre os valores constantes na informação financeira relatada. Acresce que, da análise e avaliação que fizemos ao controlo interno à área dos clientes, ficámos com a convicção que os procedimentos de controlo nos permitem obter uma segurança razoável sobre os valores relevados relativamente a essas entidades.

Da análise efetuada verificámos que o saldo da rubrica “21 – clientes, contribuintes e utentes” é composto, essencialmente, pelas rubricas “212206 - outros impostos indirectos” (€ 244.347,03),

“2123013 – ocupação da via pública” (€ 696.770,10) e “212302 – multas e outras penalidades” (€ 547.300,72).

Relativamente aos “outros impostos indiretos”, o saldo resulta da faturação efetuada pelo Município à empresa “Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A”, através da emissão da DRI 2109, relativa à taxa de ocupação do subsolo (taxa de ocupação dos Domínios Públicos e Privados do Município: infraestruturas de abastecimento de água). Todavia, a empresa não procedeu ao respetivo pagamento e apresentou reclamação alegando ilegalidade relativamente à cobrança dessa taxa. Note-se que o valor inicial era de € 476.328,98 tendo sido reduzido em 50% na Reunião de Câmara de 26 de Setembro de 2011.

Em relação à rubrica “ocupação da via pública”, verificámos que o saldo é composto, essencialmente, pelo registo da DRI 909 (2013) e DRI 1149 (2014) emitidas à empresa “Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A”

Já no que se refere às “multas e outras penalidades”, verificámos que se trata de DRI’s emitidas, em 2013, às empresas “Jaime Nogueira & Filhos Lda.”, (€ 485.158,40) “ETE – Empresas de telecomunicações e eletricidade Lda.” (€ 51.489,24) e “José António Patrão, Lda.” (€ 10.644,52) referente a sanção contratual por cada dia de atraso na obra “infraestruturas para dinamizar Alfândega da Fé”. Deverão ser accionados os mecanismos de cobrança coerciva dessas dívidas.

Relativamente às taxas de ocupação do subsolo imputado à ATMAD é de referir que encontra-se em Tribunal os valores de € 244.340,90 e € 232.256,70 e que, em 2012, foi dado um parecer favorável à posição do Município por parte do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela – Procuradoria da Republica. No entanto, a autora ATMAD apresentou recurso, encontrando-se agora em fase de serem apresentadas as contra alegações por parte do Município.

De notar que a rubrica “21.8 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa” apresenta um saldo no valor de € 72.376,56, sendo € 71.408,96 de “clientes com cobranças em atraso e € 967,60 de “clientes com cobranças em litígio”.

22 - Fornecedores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de fornecedores seleccionámos 21 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade, foram enviadas cartas circulares e foi pedido a cada uma dessas entidades

credoras que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade.

Dessas 21 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, responderam 15. Dessas 21 entidades apurámos a conferência de 7, verificámos a conciliação de 8 e não obtivemos resposta de 6.

Quadro das entidades circularizadas

| Nº Conta | Terceiro | Nome | Saldo Circ. | Resposta | Diferença | C. | Situação |
|----------|----------|---|--------------|--------------|--------------|----|---------------|
| 221 | 45 | EMPRESA ALFANDEGUENSE, LDA | 37 111,53 € | 37 111,53 € | 0,00 € | 1 | CONFERE |
| 221 | 76 | MARIO GONCALVES, LDA | 3 876,54 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |
| 221 | 115 | ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | 23 874,31 € | 23 874,31 € | 0,00 € | 1 | CONFERE |
| 221 | 306 | TUACAR- AUTOMÓVEIS E MÁQUINAS, SA | 12 577,96 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |
| 221 | 1083 | MANUEL MELES, LDA | 18 450,00 € | 18 450,00 € | 0,00 € | 1 | CONFERE |
| 221 | 1297 | BRICANTEL-COMERCIO DE MATERIAL ELECTRICO | 5 293,72 € | 5 292,38 € | 1,34 € | 1 | CONFERE |
| 221 | 1684 | FERNANDO JOAQUIM VILARES | 21 336,00 € | 16 729,95 € | 4 606,05 € | 2 | CONCILIADO |
| 221 | 1915 | ARMANDO MANUEL PIRES | 10 522,04 € | 12 099,94 € | -1 577,90 € | 2 | CONCILIADO |
| 221 | 1948 | CARVATAK - SERVICOS DE HIGIENE E LIMPEZA INDUSTRIAL, LDA | 5 006,74 € | 0,00 € | 5 006,74 € | 1 | CONFERE |
| 221 | 2100 | GABRIEL MOTORSPORT, LDA | 3 710,17 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |
| 221 | 2162 | JOSE JOAQUIM GOMES | 23 037,65 € | 18 216,12 € | 4 821,53 € | 2 | CONCILIADO |
| 221 | 2228 | AGUAS DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO | 130 028,25 € | 180 362,89 € | -50 334,64 € | 2 | CONCILIADO |
| 221 | 2824 | Casais - Engenharia E Construções | 0,00 € | 86 513,85 € | -86 513,85 € | 1 | CONFERE |
| 221 | 3268 | AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALF. DA FE | 3 273,32 € | 5 259,65 € | -1 986,33 € | 2 | CONCILIADO |
| 221 | 3753 | RESIDUOS DO NORDESTE-EMPRESA INTERMUNICIPAL | 51 207,31 € | 67 296,44 € | -16 089,13 € | 2 | CONCILIADO |
| 221 | 3796 | INTERPISCINAS-CONSTRUCAO E MANUTENCAO LDA | 46 236,25 € | 0,00 € | 46 236,25 € | 2 | CONCILIADO |
| 221 | 3866 | ASSOCIACAO CULTURAL SETE SOIS SETE LUAS | 6 990,00 € | 0,00 € | 6 990,00 € | 1 | CONFERE |
| 221 | 4259 | EDP COMERCIAL | 10 610,95 € | 35 593,10 € | -24 982,15 € | 2 | CONCILIADO |
| 221 | 4383 | ANTONIO MANUEL POVOA, UNIPessoal, LDA | 3 667,44 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |
| 221 | 4540 | FUNDO ESCULTOR JOSE RODRIGUES | 15 375,00 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |
| 221 | 4766 | FLOPONOR - FLORESTAS E OBRAS PUBLICAS S.A. | 0,00 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |

23 - Empréstimos obtidos

Em relação aos empréstimos obtidos verificámos que houve um aumento do saldo em dívida que passou de € 19.165.732,57 em 31 de Dezembro de 2013 para € 19.926.737,84 em 31 de Dezembro de 2014.

Em 26 de Março de 2013, foi publicada no DR - 2.ª serie nº 60, aprovação ao pedido de adesão ao Programa I do PAEL e aceite o Plano de Ajustamento Financeiro apresentado pelo Município de Alfândega da Fé que pressupõe um reequilíbrio financeiro, com suporte num financiamento para consolidação de passivo e reestruturação de dívida no valor de € 17.500.000,00, bem como a autorização de concessão de um empréstimo pelo Estado até ao valor de € 694.457,45, tendo sido executado, até 31 de Dezembro, € 17.207.636,03 do reequilíbrio financeiro e € 686.849,73 do PAEL.

De acordo com o relatório de liquidação da EDEAF – Entidade Empresarial Municipal de Desenvolvimento de Alfândega da Fé, EEM, datado de 29 de Outubro de 2014, foi transmitido para o Município o empréstimo contratado na C.G.D. cujo valor em dívida era de € 283.914,28.

Procedemos à circularização de saldos das Instituições de Crédito com as quais o Município tem financiamentos em curso (C.G.D., B.P.I., Millenium B.C.P., Crédito Agrícola e Direcção Geral do Tesouro). Das cinco entidades circularizadas apenas obtivemos resposta do BPI. Assim sendo, verificámos a concordância dos registos contabilísticos através da execução de testes de conformidade e a adequabilidade dos saldos através de testes substantivos, o que nos permitiu concluir que todas as linhas de crédito (empréstimos bancários de médio e longo prazo) têm a situação regularizada, ou seja, cumpridas tempestivamente as obrigações de liquidação do serviço da dívida (amortizações de capital e juros).

Relativamente às entidades das quais não obtivemos resposta, validámos o capital em dívida mencionado nos registos contabilísticos através do documento da última prestação paga e do Mapa de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal.

No quadro seguinte apresenta-se o resultado do teste de verificação dos empréstimos em curso:

| Descrição | Banco | Conta | Saldo em 31-12 | Resposta Banco | Difª. |
|------------------------|----------------|---------|-----------------|-----------------|--------------|
| 0042/000369/9/91 | CGD | 2312126 | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| 0042/000373/8/91 | CGD | 2312127 | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| 0042/000374/6/91 | CGD | 2312128 | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| 8819186-830-001/0666 | BPI | 2312131 | 388 181,74 € | 388 181,74 € | 0,00 € |
| 9015007638991 - RF | CGD | 2312133 | 11 086 587,41 € | 11 086 587,41 € | 0,00 € |
| 9015/006538/791 | PRED | 2312148 | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| 354375.00 | MILLENNIUM BCP | 2312151 | 202 747,56 € | 202 747,56 € | 0,00 € |
| 209943.00 | MILLENNIUM BCP | 2312152 | 120 285,18 € | 120 285,18 € | 0,00 € |
| REEQ FINANÇ | CA | 2312162 | 6 000 000,00 € | 6 000 000,00 € | 0,00 € |
| PRED | DGT | 2312324 | 1 200 000,00 € | 1 200 000,00 € | 0,00 € |
| PAEL | DGT E FINANÇAS | 2312325 | 645 021,67 € | 645 021,67 € | 0,00 € |
| EDEAF - INTERNALIZAÇÃO | CGD | 2312134 | 283 914,28 € | 257 297,32 € | -26 616,96 € |

Do teste realizado apurámos uma divergência no empréstimo da CGD – EDEAF Internalização no valor de € 26.616,96, derivado do facto do Município ter registado as prestações dos meses de Outubro, Novembro e Dezembro apenas em 2015.

Apesar do Município ter a conta 681 – Juros suportados desagregada por Instituição Bancária, somos da opinião que deveria ser criada uma subconta por cada empréstimo obtido.

O aumento dos empréstimos bancários tem contribuído para um agravamento do excesso de endividamento em relação ao limite da dívida total, que, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para 2014 é de, € 8.244.159,00.

Assim, de acordo com o mapa enviado pelo Município para, DGAL através do portal Autárquico SIIAL (Sistema de Informação Integrado de Autarquias Locais), o Município apresenta uma dívida total em excesso no valor de € 12.367.299.

24 - Estado

Esta rubrica inclui todas as relações financeiras que o Município tem com o Estado e Segurança Social, nomeadamente, no que respeita à retenção de impostos e às contribuições resultantes do pagamento de remunerações (Segurança Social, ADSE e C.G.A.).

Em relação às rubricas referentes à conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos verificámos que as contribuições e impostos retidos têm sido pagos, pontualmente, dentro do prazo previsto na lei.

Da análise aos diversos tributos verificámos que a rubrica “243 – IVA”, apresenta uma divergência no valor de € 7.754,76 entre o valor da Declaração Periódica de Dezembro e o valor do balancete. Verificámos, ainda, que foi pedido um reembolso no valor de € 70.000,00, os quais aparecem relevados na contabilidade na rubrica “2437 – Iva a Recuperar” em vez da rubrica “2438 – Reembolsos pedidos”.

Relativamente às contribuições da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, chamamos a atenção para o facto de o registo das contribuições a cargo da entidade ser efetuado aquando do pagamento, ou seja, tais valores não aparecem relevados na conta 245 – XXXX, sendo usada a conta 26899 – outros credores diversos. Estimamos que as contribuições a cargo da Entidade referente à Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações do mês de Dezembro sejam de € 8.605,29 e € 25.026,80, respetivamente. Tal situação deverá ser corrigida na medida em que constitui uma desconformidade (omissão de um passivo e imputação do custo do último mês no primeiro mês do ano seguinte).

25 – Devedores e Credores pela Execução do Orçamento

Em relação à conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento, procedemos à verificação documental baseada numa amostra considerada significativa, a processos de despesa, ou seja, o nosso trabalho incidiu na verificação da rubrica 25.2 – Credores pela execução do orçamento. O trabalho realizado nesta área baseou-se, essencialmente, na verificação da classificação económica, patrimonial e de todo o processo que acompanha a realização da despesa, nomeadamente, no que se refere à sua autorização, ao seu cabimento e compromisso.

Da análise documental efectuada não verificámos incumprimento no que concerne às fases procedimentos da despesa.

26 - Outros devedores e credores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de entidades inscritas na rubrica geral de "outros devedores e credores" seleccionámos 20 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos.

Nessa conformidade foram enviadas cartas circulares e foi pedido a cada uma dessas entidades que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade. Dessas 20 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse dada resposta e enviada a conta corrente, responderam 5. Dessas 20 entidades conferem 2 e conciliámos 3 e não obtivemos resposta de 15. Em relação às entidades de que não obtivemos resposta desenvolvemos procedimentos alternativos de auditoria para verificar a concordância dos valores constantes em cada conta corrente.

Quadro das entidades circularizadas

| N.º Conta | Terceiro | Nome | Saldo Círc. | Resposta | Diferença | C. | Situação |
|-----------|----------|--|--------------|--------------|--------------|----|---------------|
| 2682111 | 3706 | POPH-PROGRAMA OPERACIONAL DO POTENCIAL HUMANO | 0,00 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |
| 26823 | 629 | COMISSÃO COORDENAÇÃO E DESENV. REGIONAL DO NORTE (COD | 263 543,84 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |
| 26823 | 4246 | DRAFN - DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NO | 223 769,18 € | 0,00 € | 223 769,18 € | 2 | CONCILIADO |
| 26849 | 0 | OUTROS | 0,00 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |
| 268811 | 4238 | CARLOS MANUEL ARAUJO PINTO MORAIS | 0,00 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |
| 268811 | 4245 | GABRIEL AUGUSTO BRANCO COELHO MOREIRA | -7 992,00 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |
| 268811 | 4309 | PAULA CARVALHO UNIPessoal LDA | 0,00 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |
| 268811 | 4321 | JOSE ALBERTO BEBIANO | -11 498,40 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |
| 268811 | 4472 | VERDADE E RIGOR SA | -18 229,00 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |
| 268811 | 4770 | JOHN MANUEL ALVES | 0,00 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |
| 268891 | 1916 | ARMANDO MANUEL PIRES | -11 724,25 € | 0,00 € | -11 724,25 € | 2 | CONCILIADO |
| 268891 | 2361 | LADARIO-SOC.CONSTRUCOES LDA | -3 694,47 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |
| 268891 | 2849 | GUALDIM ANCIAS AMADO & FILHOS, LDA | -16 936,74 € | -19 072,61 € | 2 135,87 € | 2 | CONCILIADO |
| 268891 | 3695 | HIGINO PINHEIRO & IRMAO LDA. | -17 879,61 € | -17 879,61 € | 0,00 € | 1 | CONFERE |
| 268891 | 4768 | FLOPONOR-FLORESTAS E OBRAS PUBLICAS DO NORTE S.A. | -6 503,12 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |
| 268892 | 0 | OUTROS DEVEDORES DIVERSOS-AGREGADO | 87 339,52 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |
| 26899 | 115 | ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRASMONTANA | -72 575,19 € | -72 575,19 € | 0,00 € | 1 | CONFERE |
| 26899 | 2824 | CASAS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES | -86 513,85 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |
| 26899 | 3862 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DE SISTEMA DE SAÚDE-IP | -4 352,00 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |
| 26823 | 2300 | DIREÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 322 542,02 € | 0,00 € | | 5 | NÃO RESPONDEU |

27 - Acréscimos e Diferimentos

Em relação a esta rubrica, verificámos todos os procedimentos de especialização de exercícios, nomeadamente as suas estimativas e respectiva consistência.

| Designação | Valor | |
|---------------------------------------|------------------|---------------------|
| | Débito | Crédito |
| 27 - Acréscimos e Diferimentos | | 6 569 565,38 |
| 271 - Acréscimos de Proveitos | 71 385,15 | |
| 2719 - Outros Acresc. Proveitos | 71 385,15 | |
| 272 - Custos a Diferir | 8 008,36 | |
| 2721 - Seguros Diferidos | 8 008,36 | |
| 273 - Acréscimos de Custos | | 187 021,85 |
| 2732 - Remunerações a Liquidar | | 124 064,98 |
| 2733 - Juros a Liquidar | | 35 081,22 |
| 2739 - Outros Acresc. Custos | | 27 875,65 |
| 274 - Proveitos Diferidos | | 6 461 937,04 |
| 2745 - Subsídios para Investimentos | | 6 461 937,04 |

Acréscimos de Proveitos

A 31 de Dezembro, esta rubrica apresenta um saldo no valor global de € 71.385,15. Os acréscimos de proveitos reconhecidos no exercício são referentes a receitas provenientes das rendas das eólicas da Serra de Bornes, impostos (IMT, IMI e IUC) e receitas de água e saneamento do mês de Dezembro.

Custos Diferidos

Esta rubrica inclui a quota-parte do diferimento que é atribuída a este exercício, designadamente no que concerne aos seguros que abrange este exercício e o seguinte.

Em relação aos seguros testámos vários itens tendo procedido ao cálculo dos valores a especializar. Concluimos pela conformidade dos procedimentos adotados e pela sua adequada contabilização. Dos documentos analisados, não detetámos divergências relevantes.

Acréscimos de Custos

Verificámos, também, que o Município considerou nesta rubrica as remunerações devidas por motivo de férias e respectivos encargos, não tendo havido o reconhecimento do subsídio de férias, o que por ser uma prática habitual não distorce materialmente a informação.

O Município registou, ainda, como custos do presente exercício os juros referentes a empréstimos bancários que irão ser pagos no exercício seguinte. Do teste efetuado concluimos que os juros a liquidar atingem o montante de € 35.225,27, refletindo-se numa diferença no valor de € 144,05 face aos valores estimados pelo Município (€ 35.081,22).

Neste exercício, o Município não reconheceu a cobertura dos prejuízos de 2014 (€ 322.461,47) da empresa municipal "Alfandegatur", pelo facto desta se encontrar em fase de negociação para alienação.

Dos testes realizados, apurámos faturas datadas de 2013 registadas em 2014, bem como, faturas datadas de 2014 registadas em 2015. Tal facto, não se reflete de forma materialmente relevante na expressão do resultado do exercício, uma vez que os montantes em causa são equivalentes de um ano para o outro. Recomendamos que se proceda à regularização dos documentos de 2014 registados em 2015 através da rubrica "59 – Resultados transitados" para que os custos sejam reconhecidos no ano a que respeitam, ou seja, se cumpra o princípio da especialização dos exercícios na prestação de contas de 2015.

Proveitos Diferidos

Esta rubrica reflecte os saldos dos subsídios de investimento correspondentes a investimentos que tenham processos de amortização/depreciação em curso, ou seja, os subsídios que se destinam a financiar a construção ou a aquisição de bens do ativo fixo (2745 – Subsídios para o investimento).

O Município procedeu à regularização dos subsídios obtidos através de financiamento comunitário para as obras “Centro de Formação Desportiva de Alfândega da Fé” (€ 887.592,83), “Estrada de ligação Eucísia – Vilarelhos” (€ 453.475,90), “Centro de Manutenção Física” (€ 499.458,00) e “Requalificação do pavilhão do ARA” (€ 39.408,80) que foram contabilizados, aquando do seu recebimento, como sendo subsídios de exploração, conta “74 – Transferências e subsídios obtidos”, o que sobrevalorizava o resultado do exercício em que eram recebidos e os quais não cumpriam o princípio da especialização dos exercícios. Todavia, chamamos atenção para o facto de não ter sido efetuada a correcção do reconhecimento do proveito dos exercícios anteriores através da rubrica “59 – Resultados transitados” que estimamos em, aproximadamente, € 303.907, bem como, o reconhecimento de proveitos do exercício no valor de € 22.690.

29 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2014, esta rubrica apresentava um saldo no valor de € 286.734,78 referente a provisões para riscos e encargos (processos judiciais em curso) no valor de € 460.925,78, conforme estimativa efetuada pelo Gabinete Jurídico.

3 - Inventário/Existências

Em relação a esta rubrica, não nos foi possível proceder à comparação dos valores registados na contabilidade com o mapa gerado pela aplicação do aprovisionamento, designadamente, o mapa que nos fornece informação sobre as existências finais em armazém, por conta e por artigo.

Relativamente aos testes realizados chamamos a atenção para os seguintes aspectos:

- Não existe um manual de inventário;
- Relativamente aos materiais (cimento, areia, tijolos, etc), verificámos que vai directamente para as obras por administração directa, sem que haja um controlo rigoroso (registo de armazém, ou seja, entrada/saída).

Esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro, um saldo no valor de € 27.544,69, para o qual não nos foi possível obter a evidência considerada necessária à formação da opinião.

4 - Imobilizado

41- Investimentos Financeiros

Durante o exercício de 2014 esta rubrica registou os seguintes movimentos:

- Desreconhecimento da participação na EDEAF, EM resultante do processo de internalização;
- Reconhecimento do bairro social, lotes da zona industrial e as diversas frações existentes no mercado municipal;
- Reclassificação contabilística do edifício da Casa da Cultura que se encontrava em imobilizado em curso. No entanto apenas o bar se encontra arrendado, pelo que o restante edifício deveria ser contabilizado como imobilizado corpóreo.

De acordo com o n.º 4 do art.º 17 da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto, o Município tinha a obrigatoriedade de subscrever para o FAM (Fundo de Apoio Municipal) o montante de € 410.684,10. Por tal facto deverá ser reconhecido na conta 41 – Investimentos Financeiros o valor da participação no Fundo por contrapartida do passivo correspondente. Chamamos, no entanto, a atenção para o facto de o SATA-POCAL ter através de uma circular informativa explicado que estes registos tinham de ser relevados nas contas de 2014. Acrescenta ainda que esta situação não coloca em causa a comparabilidade, pelo facto de não relevar para efeitos de cálculo do limite da dívida total.

No quadro que a seguir se apresenta é feita a síntese das variações ocorridas em cada uma das rubricas de imobilizado:

Investimentos Financeiros
Resumo do movimento Anual

| N.º | Conta do Razão Descrição | Índice de Referência | Saldo Razão em 31-12-2013 | Movimentos | | | Saldo Razão em 31-12-2014 |
|------|---------------------------------------|-------------------------|------------------------------|----------------|--------------|--------------|------------------------------|
| | | | | Aumentos | Abates | Transferênc. | |
| 411 | Partes de Capital | | 981.969,00 € | 0,00 € | 0,00 € | -55.000,00 € | 0,00 € |
| 4111 | Associações de Municípios | | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| 4112 | Empresas Municipais e Intermunicipais | | 981.969,00 € | 0,00 € | 0,00 € | -55.000,00 € | 0,00 € |
| 4113 | Empresas Privadas ou Cooperativas | | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| 412 | Obrigações e títulos de participação | | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| 414 | Investimentos em imóveis | | 1.473.904,34 € | 4.420.265,02 € | 181.911,99 € | 0,00 € | 5.712.257,37 € |
| | | | 2.455.873,34 € | 4.420.265,02 € | 181.911,99 € | -55.000,00 € | 5.712.257,37 € |

42- Imobilizado Corpóreo

Em relação ao imobilizado corpóreo verificámos as aquisições com valores mais expressivos, através do documento de suporte, assim como as transferências/correções de imobilizado. No decorrer do exercício de 2014 os serviços de contabilidade procederam a correções na aplicação de Património (bens de anos anteriores que ainda se encontravam em imobilizado em curso, quando na realidade já se encontram em pleno uso/funcionamento).

Dos documentos analisados não foram detetadas distorções materialmente relevantes, ou seja, damos como cumprida a asserção mensuração

Imobilizado Corpóreo
Resumo do movimento Anual

| Nº | Conta do Razão Descrição | Índice de Referência | Saldo Razão em 31-12-2013 | Movimentos | | | Saldo Razão em 31-12-2014 |
|-----|------------------------------|-------------------------|------------------------------|----------------|-------------|--------------------------|------------------------------|
| | | | | Aumentos | Alienações | Transferênc. e Abates | |
| 421 | Terrenos e Recursos Naturais | | 1.412.075,27 € | 35.820,00 € | 27.500,00 € | 0,00 € | 1.420.395,27 € |
| 422 | Edifícios e O.Construções | | 9.550.600,92 € | 6.092.646,94 € | 41.754,09 € | -1.397.724,08 € | 14.203.769,69 € |
| 423 | Equipamento Básico | | 790.430,74 € | 154.203,90 € | 0,00 € | 0,00 € | 944.634,64 € |
| 424 | Equipamento de Transporte | | 797.684,81 € | 30.797,55 € | 0,00 € | -57.361,76 € | 771.120,60 € |
| 425 | Ferramentas e Utensílios | | 124.338,77 € | 12.503,29 € | 0,00 € | 0,00 € | 136.842,06 € |
| 426 | Equipamento Administrativo | | 444.662,23 € | 299,61 € | 0,00 € | -4.636,99 € | 440.324,85 € |
| 427 | Taras e Vasilhames | | 46.116,89 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 46.116,89 € |
| 429 | Outras Imob. Corpóreas | | 182.388,64 € | 15.854,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 198.242,64 € |
| | | | 13.348.298,27 € | 6.342.125,29 € | 69.254,09 € | -1.459.722,83 € | 18.161.446,64 € |

43- Imobilizado Incorpóreo

Relativamente ao Imobilizado Incorpóreo, apenas se verificou o registo de duas licenças de direito de superfície no montante global de € 7.015,00.

Imobilizado Incorpóreo
Resumo do movimento Anual

| Nº | Conta do Razão Descrição | Índice de Referência | Saldo Razão em 31-12-2013 | Movimentos | | | Saldo Razão em 31-12-2014 |
|-----|---|-------------------------|------------------------------|------------|--------|--------------|------------------------------|
| | | | | Aumentos | Abates | Transferênc. | |
| 431 | Despesas de instalação | | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | | 0,00 € |
| 432 | Despesas de invest. e desenv. | | 13.530,00 € | 0,00 € | 0,00 € | | 13.530,00 € |
| 433 | Propriedade industrial e outros direitos | | 160.956,91 € | 7.015,00 € | 0,00 € | | 167.971,91 € |
| 434 | Licenças e Software Informático | | 5.867,10 € | 0,00 € | 0,00 € | | 5.867,10 € |
| 439 | Outras | | 2.581,25 € | 0,00 € | 0,00 € | | 2.581,25 € |
| | | | 182.935,26 € | 7.015,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 189.950,26 € |

44 – Imobilizado em Curso

Os movimentos ocorridos, no decurso do ano de 2014, em “Imobilizado em Curso”, têm por base correcções/reclassificações na aplicação de Património e POCAL (bens de anos anteriores que ainda se encontravam em imobilizado em curso, quando na realidade já se encontram em pleno uso/funcionamento. Dos testes realizados estamos em condições de dar por verificadas as asserções plenitude e mensuração.

Imobilizado Em Curso
Resumo do movimento Anual

| Nº | Conta do Razão Descrição | Índice de Referência | Saldo Razão em 31-12-2013 | Movimentos | | | Saldo Razão em 31-12-2014 |
|-----|---|----------------------|---------------------------|------------|--------|----------------|---------------------------|
| | | | | Aumentos | Abates | Transferênc. | |
| 441 | Imobilizações em Curso de Investimentos Financeiros | | 85.229,82 | 0,00 | 0,00 | -85.229,82 | 0,00 |
| 442 | Imobilizações em Curso de Imobilizações Corpóreas | | 11.765.343,31 | 427.234,16 | 0,00 | -9.903.357,03 | 2.289.220,44 |
| 443 | Imobilizações em Curso de Imobilizações Incorpóreas | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 445 | Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público | | 716.478,40 | 0,00 | 0,00 | -716.478,40 | 0,00 |
| | | | | | | | |
| | | | 12.567.051,53 | 427.234,16 | 0,00 | -10.705.065,25 | 2.289.220,44 |

45 – Bens de Domínio Público

Neste exercício, verificou-se a correcção de bens de exercícios anteriores que se encontravam em pleno uso constantes em imobilizado em curso para esta rubrica, nomeadamente, “outras construções e infraestruturas, e “bens do património histórico, artístico e cultural” e “outros bens de domínio público”.

Bens de Domínio Público
Resumo do movimento Anual

| Nº | Conta do Razão Descrição | Índice de Referência | Saldo Razão em 31-12-2013 | Movimentos | | | Saldo Razão em 31-12-2014 |
|-----|--|----------------------|---------------------------|--------------|--------|--------------|---------------------------|
| | | | | Aumentos | Abates | Transferênc. | |
| 451 | Terrenos e Recursos Naturais | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 452 | Edifícios | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 453 | Outras Construções e Infra-Estruturas | | 1.214.955,47 | 1.553.615,91 | 0,00 | 0,00 | 2.768.571,38 |
| 455 | Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural | | 45.702,80 | 115.090,53 | 0,00 | 0,00 | 160.793,33 |
| 459 | Outros Bens de Domínio Público | | 11.698.672,71 | 3.773.594,41 | 0,00 | -30,87 | 15.472.236,25 |
| | | | | | | | |
| | | | 12.959.330,98 | 5.442.300,85 | 0,00 | -30,87 | 18.401.600,96 |

Valorimetria adoptada

Como já havíamos referido, a valorimetria adotada para a generalidade dos ativos imobilizados é a do custo de aquisição. Porém, no que se refere aos bens produzidos (construídos) por administração directa, verificámos que neste exercício foi reconhecido o montante de € 111.328,34 na rubrica 75 – Trabalhos para a própria empresa, o qual resultou da informação retirada da aplicação “gestão de actividades”.

Amortizações Acumuladas

Procedemos à realização do teste às amortizações do exercício realizando o cruzamento entre a aplicação POCAL e aplicação Património. Dos testes efetuados não foi detetada nenhuma divergência material. Do teste realizado às taxas de amortização e, conseqüentemente, à amortização do período não verificámos qualquer distorção.

5 - Fundos Próprios

Em relação aos Fundos Próprios procedemos à análise e decomposição do saldo das diferentes rubricas, assim como verificámos a afetação dos resultados líquidos pelas rubricas de património, de reservas legais e de resultados transitados.

Quadro Variações em Fundos Próprios

| Rubrica | Descrição | 31-12-2013 | 31-12-2014 | Desvio € | Desvio % |
|---------|------------------------|----------------|----------------|---------------|----------|
| 5 | FUNDOS PROPRIOS | -13 923 040,41 | -16 191 789,86 | -2 268 749,45 | 16,3% |
| 51 | PATRIMÓNIO | -11 232 903,07 | -15 059 143,36 | -3 826 240,29 | 34,1% |
| 57 | RESERVAS | -1 052 665,37 | -1 113 467,32 | -60 801,95 | 5,8% |
| 59 | RESULTADOS TRANSITADOS | -1 637 471,97 | -19 179,18 | 1 618 292,79 | -98,8% |

A rubrica de 51 - Património registou um aumento no valor de € 3.826.240,29, face a Dezembro de 2013, derivado do registo do bairro social Trás de Castelo, lotes da zona industrial, entre outras.

Relativamente à rubrica “57 – Reservas”, verificámos um aumento no valor de € 4.292,25 na rubrica “576 – Doações” referente à doação de prédio urbano e prédio rústico e de € 56.509,70 na rubrica “571 – Reservas legais” referente à aplicação de 5% do resultado líquido do exercício de 2013.

A rubrica “59 – Resultados Transitados” reflete a aplicação do resultado líquido do exercício de 2013 e diversas correções relativas a custos de 2013, como por exemplo, faturas datadas de 2013, cobertura de prejuízos à empresa municipal “Alfandegatur, E.M” e correção

dos subsídios “centro de formação desportiva”, “Estrada de ligação Eucisia - Vilarelhos”, “Centro de manutenção física” e “requalificação do pavilhão do ARA” em contrapartida da conta 2745 – subsídios para investimentos e regularização de amortizações acumuladas. Chamamos atenção para o elevado número de movimentos efectuados nesta rubrica, pelo que deverá merecer maior atenção no final do exercício para registar estas situações na rubrica “27 – acréscimos e diferimentos” para que os custos e proveitos sejam reconhecidos no ano a que respeitam, ou seja, cumprir com o princípio da especialização dos exercícios.

6 – Custos e proveitos

61 – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

1. Conteúdo

| Código das contas | Designação | Saldo | | Desvios (€) | Desvios (%) |
|-------------------|---|------------|------------|-------------|-------------|
| | | 31-12-2013 | 31-12-2014 | | |
| 61 | CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER. CONSUMIDAS | 188.883,83 | 182.591,71 | - 6.292,12 | -3,33% |
| 612 | Mercadorias | 2,10 | 1.231,93 | 1.229,83 | 58563,33% |
| 616 | Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 188.881,73 | 181.359,78 | - 7.521,95 | -3,98% |
| 6161 | Matérias-primas | 97.806,36 | 79.391,35 | - 18.415,01 | -18,83% |
| 6162 | Matérias subsidiárias | 7.583,56 | 7.256,92 | - 326,64 | -4,31% |
| 6163 | Materials diversos | 3.934,99 | 2.991,77 | - 943,22 | -23,97% |
| 6165 | MATERIAL DIVERSO | 79.556,82 | 91.719,74 | 12.162,92 | 15,29% |

2. Trabalho Efetuado

Verificámos a decomposição do saldo e procedemos à respetiva revisão analítica.

3. Conclusões

Verificámos que, nesta rubrica, é registado o valor das aquisições de materiais a fornecedores destinados às obras que o Município realiza com o pessoal da autarquia (administração direta).

62 – Fornecimentos e Serviços Externos

1. Conteúdo

| Código das contas | Designação | Saldo | | Desvios (€) | Desvios (%) |
|-------------------|---|--------------|--------------|--------------|-------------|
| | | 31-12-2013 | 31-12-2014 | | |
| 62 | FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS | 1.912.965,53 | 1.806.660,85 | - 106.304,68 | -5,56% |
| 621 | Subcontratos | 151.189,22 | 132.812,30 | - 18.376,92 | -12,15% |
| 622 | FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS | 1.755.227,36 | 1.673.328,78 | - 81.898,58 | -4,67% |
| 62211 | ENERGIA | 325.848,26 | 341.843,89 | 15.995,63 | 4,91% |
| 62212 | COMBUSTÍVEIS | 78.804,71 | 110.291,44 | 31.486,73 | 39,96% |
| 62213 | Água | 312.777,32 | 247.225,09 | - 65.552,23 | -20,96% |
| 62214 | OUTROS FLUIDOS | - | 106,00 | 106,00 | #DIV/0! |
| 62215 | FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE DESGASTE RÁPIDO | 5.174,09 | 1.051,21 | - 4.122,88 | -79,68% |
| 62216 | LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA | - | 156,00 | 156,00 | #DIV/0! |
| 62217 | MATERIAL DE ESCRITÓRIO | 2.257,04 | 1.245,90 | - 1.011,14 | -44,80% |
| 62218 | ARTIGOS PARA OFERTA | 3.480,55 | 6.114,11 | 2.633,56 | 75,67% |
| 62219 | Rendas e alugueres | 49.110,01 | 7.309,60 | - 41.800,41 | -85,12% |
| 62221 | DESPESES DE REPRESENTAÇÃO | 4.242,48 | 5.386,02 | 1.143,54 | 26,95% |
| 62222 | COMUNICAÇÃO | 35.381,40 | 34.832,67 | - 548,73 | -1,55% |
| 62223 | SEGUROS | 4.744,22 | 11.219,02 | 6.474,80 | 136,48% |
| 62225 | Transportes | 551,70 | 525,20 | - 26,50 | -4,80% |
| 62227 | DESLOCAÇÕES E ESTADAS | 11.143,47 | 24.571,17 | 13.427,70 | 120,50% |
| 62229 | Honorários | 6.275,50 | 1.648,20 | - 4.627,30 | -73,74% |
| 62231 | Contencioso e notariado | 3.302,73 | 8.987,71 | 5.684,98 | 172,13% |
| 62232 | Conservação e reparação | 85.572,42 | 122.044,62 | 36.472,20 | 42,62% |
| 62233 | Publicidade e propaganda | 12.232,98 | 11.684,27 | - 548,71 | -4,49% |
| 62234 | Limpeza, higiene e conforto | - | 101,30 | 101,30 | #DIV/0! |
| 62235 | Vigilância e segurança | 1.069,49 | 218,94 | - 850,55 | -79,53% |
| 62236 | Trabalhos especializados | 697.030,91 | 645.551,22 | - 51.479,69 | -7,39% |
| 62237 | ALIMENTAÇÃO (REFEITÓRIOS) | 18.620,60 | 27.612,99 | 8.992,39 | 48,29% |
| 62238 | ALIMENTAÇÃO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS) | 15.171,94 | 11.626,83 | - 3.545,11 | -23,37% |
| 62239 | Seminários, Exposições e Similares | 581,86 | 2.006,56 | 1.424,70 | 244,85% |
| 62241 | MATERIAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E RECREIO | 1.832,77 | 2.678,15 | 845,38 | 46,13% |
| 62243 | ALIMENTAÇÃO ROUPAS E CALÇADO | 7,87 | 7.102,49 | 7.094,62 | 90147,65% |
| 62290 | Encargos de cobrança | 29.444,83 | 20.494,74 | - 8.950,09 | -30,40% |
| 62298 | Outros fornecimentos e serviços | 50.568,21 | 19.693,44 | - 30.874,77 | -61,06% |
| 623 | Materiais diversos | 6.548,95 | 519,77 | - 6.029,18 | -92,06% |

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à verificação das principais rubricas tendo em atenção a sua variação em relação ao ano anterior e, em função dessa análise, procedemos à verificação e análise dos principais documentos de suporte de modo a obtermos a evidência julgada como necessária nas circunstâncias.

3. Conclusões

Verificámos que o valor global da rubrica “fornecimentos e serviços externos”, comparando com o período homólogo de 2013, teve uma diminuição de € 106.304,68, ou seja, 5,56%.

Assim, passamos a identificar as rubricas que registaram maior variação, assim como as que contribuíram, favoravelmente, para esta redução de custos:

- “62213 – Água”, apresenta uma diminuição no valor de € 36.028,93, ou seja, 10,33%; devendo-se essencialmente à diminuição de desperdícios de água;

- “62232 – Conservação e reparação”, registou um aumento de € 36.472,20, o que equivale a 42,62% e que se deve essencialmente ao elevado número de anos das viaturas e, por conseguinte a necessidade de reparações com maior regularidade;
- “62236 - Trabalhos especializados, registou uma diminuição de € 51.479,20, o que equivale a 7,39% e que se deve, essencialmente, ao termo do projecto RAMPA.

63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais

1. Conteúdo

| Código das contas | Designação | Saldo | | Desvios (€) | Desvios (%) |
|-------------------|--|------------|------------|-------------|-------------|
| | | 31-12-2013 | 31-12-2014 | | |
| 63 | TRANSFER. E SUBSIDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS | 698.142,93 | 771.759,74 | 73.616,81 | 10,54% |
| 631 | Transferências correntes concedidas | 613.335,67 | 677.716,62 | 64.380,95 | 10,50% |
| 6311 | Administrações públicas | 368.116,03 | 302.690,74 | 65.425,29 | -17,77% |
| 6313 | Famílias | 4.610,94 | 5.855,35 | 1.244,41 | 26,99% |
| 6315 | Empresas Municipais | 100.741,40 | 179.000,00 | 78.258,60 | 77,68% |
| 6316 | TTRANSF. E SUBS. CORRENTES CONCEDIDOS | 139.867,30 | 190.170,53 | 50.303,23 | 35,96% |
| 632 | Subsídios correntes concedidos | 2.662,46 | - | 2.662,46 | -100,00% |
| 6321 | Empresas | 2.662,46 | - | 2.662,46 | -100,00% |
| 638 | Outras | 82.144,80 | 94.043,12 | 11.898,32 | 14,48% |

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

As transferências e subsídios correntes concedidos pelo Município aumentaram, globalmente, € 73.616,81, ou seja, 10,54%. Saliámos os aumentos registados na conta “6315 – Empresas Municipais” no montante de € 78.258,60 e “6316 – Transf. e Subsídios Concedidos” no montante de € 50.303,23 associadas a bolsas de estágio e contrato emprego inserção.

64 – Custos com Pessoal

1. Conteúdo

| Código das contas | Designação | Saldo | | Desvios (€) | Desvios (%) |
|-------------------|--|--------------|--------------|-------------|-------------|
| | | 31-12-2013 | 31-12-2014 | | |
| 64 | CUSTOS COM O PESSOAL | 2.820.211,31 | 2.852.924,83 | 32.713,52 | 1,16% |
| 641 | Remunerações dos órgãos autárquicos | 118.800,77 | 116.519,66 | - 2.281,11 | -1,92% |
| 642 | Remunerações do pessoal | 2.138.405,88 | 2.119.829,40 | - 18.576,48 | -0,87% |
| 6421 | Remunerações base do pessoal | 1.614.005,42 | 1.584.396,89 | - 29.608,53 | -1,83% |
| 64211 | Pessoal dos quadros | 1.290.867,15 | 1.228.219,37 | - 62.647,78 | -4,85% |
| 64212 | Pessoal em qualquer outra situação | 323.138,27 | 356.177,52 | 33.039,25 | 10,22% |
| 6422 | Suplementos de remunerações | 505.682,39 | 509.315,14 | 3.632,75 | 0,72% |
| 6423 | Prestações sociais directas | 18.718,07 | 26.117,37 | 7.399,30 | 39,53% |
| 643 | Pensões | 5.067,08 | 4.861,56 | - 205,52 | -4,06% |
| 645 | Encargos sobre remunerações | 425.768,51 | 494.531,42 | 68.762,91 | 16,15% |
| 6452 | Segurança social dos funcionários públicos | 271.118,86 | 334.670,97 | 63.552,11 | 23,44% |
| 6453 | Segurança social - regime geral | 154.649,65 | 159.860,45 | 5.210,80 | 3,37% |
| 646 | Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss | 5.510,51 | 7.033,54 | 1.523,03 | 27,64% |
| 648 | Outros custos com pessoal | 126.658,56 | 110.149,25 | - 16.509,31 | -13,03% |
| 6481 | Despesas de saúde | 93.013,68 | 86.498,10 | - 6.515,58 | -7,00% |
| 6482 | Seguros de saúde | 27.156,88 | 20.365,65 | - 6.791,23 | -25,01% |
| 6483 | Custos com Formação | 2.880,00 | 3.285,50 | 405,50 | 14,08% |
| 6484 | Exames de saúde no trabalho | 3.608,00 | - | - 3.608,00 | -100,00% |

2. Trabalho Efetuado

Efetuámos os testes de conformidade às rubricas relacionadas com os custos com o pessoal, designadamente a verificação, por amostragem, de um mês de processamento de remunerações e procedemos à análise dos diferentes agregados desta rubrica tendo verificado os procedimentos administrativos em relação ao processamento de remunerações, o que nos permitiu formar uma opinião sobre a razoabilidade do sistema de controlo e, conseqüentemente, do saldo relevado pela contabilidade.

Efetuámos o teste sobre o cumprimento das operações de especialização de exercício.

3. Conclusões

Para além de pequenos desvios e pequenas alterações em relação à conformidade dos registos efetuados, não detetámos quaisquer situações dignas de registo. Apesar de não ter sido especializado o subsídio de férias (só as férias), o facto de ser uma prática habitual e de não haver variações significativas entre os anos, o efeito material é residual, pelo que verificámos o cumprimento da asserção da mensuração, embora haja a omissão de um passivo (mês de férias).

Verificámos o cumprimento das reduções remuneratórias decorrentes da aplicação da Lei do Orçamento de 2014 (art. n.º 33 da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro) conjugada com a Lei n.º 75/2014 de 12 Setembro, não tendo sido detetada qualquer anomalia suscetível de anotação.

Através da análise efetuada verificámos que em relação ao período homólogo de 2013, os custos com o pessoal sofreram um aumento de, aproximadamente, € 32.713,52, o equivalente a 1,16%, devendo-se essencialmente a internalização dos funcionários da EDEAF, EM.

Somos da opinião, que deveriam ser criadas, na contabilidade patrimonial, contas específicas para o registo do subsídio de natal e subsídio de férias.

65 – Outros Custos e Perdas Operacionais

1. Conteúdo

| Código das contas | Designação | Saldo | | Desvios (€) | Desvios (%) |
|-------------------|-------------------------------------|------------|------------|-------------|-------------|
| | | 31-12-2013 | 31-12-2014 | | |
| 65 | OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS | - | 550,00 | 550,00 | #DIV/0! |
| 651 | Impostos e taxas | - | 550,00 | 550,00 | #DIV/0! |

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos.

3. Conclusões

A 31 de Dezembro de 2014 esta rubrica apresenta um saldo de € 550,00 sobre o qual nada temos a relatar.

66 – Amortizações do Exercício

1. Conteúdo

| Código das contas | Designação | Saldo | | Desvios (€) | Desvios (%) |
|-------------------|--------------------------------|--------------|------------|--------------|-------------|
| | | 31-12-2013 | 31-12-2014 | | |
| 66 | AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO | 1.344.831,56 | 896.563,06 | - 448.268,50 | -33,33% |
| 662 | Imobilizações corpóreas | 368.799,24 | 457.961,36 | 89.162,12 | 24,18% |
| 6622 | Edifícios e outras construções | 241.481,45 | 335.918,94 | 94.437,49 | 39,11% |
| 6623 | Equipamento básico | 62.350,31 | 64.088,08 | 1.737,77 | 2,79% |
| 6624 | Equipamento de transporte | 39.456,48 | 36.894,10 | - 2.562,38 | -6,49% |
| 6625 | Ferramentas e utensílios | 6.570,18 | 7.688,15 | 1.117,97 | 17,02% |
| 6626 | Equipamento administrativo | 7.670,15 | 6.758,83 | - 911,32 | -11,88% |
| 6627 | Taras e vasilhame | 1.149,93 | 793,36 | - 356,57 | -31,01% |
| 6628 | Outras imobilizações corpóreas | 10.120,74 | 5.819,90 | - 4.300,84 | -42,50% |
| 663 | Imobilizações incorpóreas | 7.817,73 | 7.567,71 | - 250,02 | -3,20% |
| 665 | Bens de domínio público | 968.214,59 | 431.033,99 | - 537.180,60 | -55,48% |

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste relativo ao cálculo das amortizações do exercício e, bem assim, à comparação do mapa das amortizações gerado pela aplicação do património com os valores constantes na contabilidade.

3. Conclusões

Verificámos que o valor global da rubrica “amortizações do exercício”, comparando com o período homólogo de 2013, diminuiu € 448.268,50 explicado pelo facto de no exercício de 2013 terem sido reconhecidas amortizações no valor de € 756.545,99 como sendo do exercício quando deveriam ser registadas através da rubrica 59 – resultados transitados, encontrando-se subvalorizado o resultado líquido do exercício 2013 no mesmo montante.

67 – Provisões do Exercício

1. Conteúdo

| Código das contas | Designação | Saldo | | Desvios (€) | Desvios (%) |
|-------------------|------------------------|------------|------------|-------------|-------------|
| | | 31-12-2013 | 31-12-2014 | | |
| 67 | PROVISÕES DO EXERCÍCIO | - | 286.734,78 | 286.734,78 | #DIV/0! |
| 672 | Para riscos e encargos | - | 286.734,78 | 286.734,78 | #DIV/0! |

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos.

3. Conclusões

Esta rubrica, a 31 de Dezembro, possui um saldo € 286.734,78, associado aos processos judiciais em curso de acordo com a estimativa calculada pelo gabinete jurídico do Município.

68 – Custos e Perdas Financeiras

1. Conteúdo

| Código das contas | Designação | Saldo | | Desvios (€) | Desvios (%) |
|-------------------|------------------------------------|------------|--------------|-------------|-------------|
| | | 31-12-2013 | 31-12-2014 | | |
| 68 | CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS | 781.526,80 | 1.497.042,40 | 715.515,60 | 91,55% |
| 681 | Juros suportados | 719.031,40 | 1.157.274,70 | 438.243,30 | 60,95% |
| 68111 | De curto prazo | 12.343,10 | - | 12.343,10 | -100,00% |
| 68112 | De médio e longo prazo | 644.871,13 | 1.149.414,36 | 504.543,23 | 78,24% |
| 6812 | OUTRO JUROS | 61.817,17 | 7.860,34 | 53.956,83 | -87,28% |
| 682 | Perdas em entidades participadas | - | 324.961,97 | 324.961,97 | #DIV/0! |
| 688 | Outros custos e perdas financeiros | 62.495,40 | 14.805,73 | 47.689,67 | -76,31% |
| 6881 | Serviços bancários | 62.495,40 | 14.805,73 | 47.689,67 | -76,31% |

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste que nos permitiu relacionar os juros suportados com os empréstimos bancários obtidos, contrastados com a taxa de juro contratualizada. Verificámos, ainda, a sustentação das principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

Numa análise agregada à rubrica de “custos e perdas financeiras” verificámos ter registado um acréscimo de € 715.515,60 comparativamente a igual período do ano anterior. As contas que mais contribuíram para este aumento foram “68112 - juros suportados – M/LP” € 504.543,23 associados aos juros do reequilíbrio financeiro e “682 - perdas em entidades participadas” € 324.961,97 decorrente a internalização da EDEAF, EM.

69 – Custos e Perdas Extraordinárias

1. Conteúdo

| Código das contas | Designação | Saldo | | Desvios (€) | Desvios (%) |
|-------------------|--|------------|------------|-------------|-------------|
| | | 31-12-2013 | 31-12-2014 | | |
| 69 | CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS | 227.391,25 | 455.077,60 | 227.686,35 | 100,13% |
| 691 | Transferências de capital concedidas | 193.056,02 | 179.562,97 | 13.493,05 | -6,99% |
| 6911 | Administrações Públicas | 148.397,23 | 146.326,57 | 2.070,66 | -1,40% |
| 6913 | Famílias | 27.158,79 | 27.250,16 | 91,37 | 0,34% |
| 6915 | Empresas | 17.500,00 | 5.986,24 | 11.513,76 | -65,79% |
| 694 | Perdas em immobilizações | 181,94 | 160.946,48 | 160.764,54 | 88361,29% |
| 695 | Multas e penalidades | 4.162,25 | 1.528,00 | 2.634,25 | -63,29% |
| 697 | Correcções relativas a exercícios anteriores | 24.767,83 | 111.254,84 | 86.487,01 | 349,19% |
| 698 | Outros custos e perdas extraordinários | 5.223,21 | 1.785,31 | 3.437,90 | -65,82% |

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

Através da análise efetuada, verificámos que em relação ao período homólogo de 2013 os “custos e perdas extraordinárias” aumentaram, em termos globais, € 227.686,35. A conta que mais contribuí para este aumento foi a “694 – Perdas em Imobilizações” registando um aumento de € 160.764,54, justificada pela alienação de habitações no bairro social e lojas no mercado municipal, os quais encontravam-se registados pelo valor patrimonial tributário.

7 – Proveitos e Ganhos

71 – Vendas e Prestação de Serviços

1. Conteúdo

| Código das contas | Designação | Saldo | | Desvios (€) | Desvios (%) |
|-------------------|---------------------------------|----------------|--------------|-------------|-------------|
| | | 31-12-2013 | 31-12-2014 | | |
| 71 | Vendas e Prestação de Serviços | - 1 097 174,37 | - 453 163,47 | 644 010,90 | -59% |
| 711 | Vendas | - 291 940,66 | - 236 036,12 | 55 904,54 | -19% |
| 7111 | Mercadorias | - 119 942,79 | - 92 490,32 | 27 452,47 | -23% |
| 7112 | Produtos acabados e intermédios | - 172 678,12 | - 143 545,80 | 29 132,32 | -17% |
| 7117 | Devolução de vendas | 680,25 | - | 680,25 | -100% |
| 712 | Prestações de serviços | - 173 505,36 | - 217 127,35 | 43 621,99 | 25% |
| 7121 | PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS | - 173 505,36 | - 214 888,74 | 41 383,38 | 24% |
| 7122 | OUTROS | - | - 2 238,61 | 2 238,61 | #DIV/0! |
| 713 | OUTROS | - 631 728,35 | - | 631 728,35 | -100% |
| 7131 | RENDAS E ALUGUERES | - 631 728,35 | - | 631 728,35 | -100% |

2. Trabalho efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade às vendas e prestação de serviços e à análise substantiva do conteúdo e extensão dessas contas e dos saldos relevados. Verificámos, também, as variações ocorridas nos principais elementos destas rubricas através da análise documental. Efetuámos, ainda, o teste ao corte de operações para verificação do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios.

3. Conclusões

Através da análise efetuada verificámos que em relação a Dezembro de 2013, as “vendas e prestação de serviços” registaram um decréscimo no valor de € 644.010,90. A rubrica que mais contribuiu para a obtenção deste resultado foi “7131 – Rendas e alugueres” com uma diminuição no valor de € 631.728,35, resultante das rendas de concessão à ATMAD relacionadas com a cedência de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais reconhecidas em 2013.

72 – Impostos e Taxas

1. Conteúdo

| Código das contas | Designação | Saldo | | Desvios (€) | Desvios (%) |
|-------------------|---------------------------|--------------|--------------|-------------|-------------|
| | | 31-12-2013 | 31-12-2014 | | |
| 72 | Impostos e Taxas | - 953 056,30 | - 976 877,15 | - 23 820,85 | 2% |
| 721 | Impostos directos | - 594 719,72 | - 648 358,73 | - 53 639,01 | 9% |
| 722 | Impostos indirectos | - 6 698,63 | - 10 241,13 | - 3 542,50 | 53% |
| 724 | Taxas | - 339 340,82 | - 420 152,20 | - 80 811,38 | 24% |
| 725 | Reembolsos e restituições | - 12 274,49 | - 270,00 | 12 004,49 | -98% |
| 726 | Anulações | - 22,64 | 6 601,74 | 6 624,38 | -29260% |
| 729 | Outras Anulações | - | 95 543,17 | 95 543,17 | #DIV/0! |

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade a algumas taxas cobradas e à verificação das variações ocorridas nas principais rubricas através da análise documental e tendo em conta procedimentos alternativos utilizados.

3. Conclusões

A variação positiva ocorrida na rubrica “impostos e taxas” no valor de € 23.820,85 (2%) deve-se, essencialmente, ao aumento registado na arrecadação de taxas (€ 80.811,38) resultante das taxas de disponibilidade de água e de saneamento. Pese embora, a rubrica “72 9 – Outras anulações” apresenta um saldo devedor no valor de € 95.543,17 derivado da anulações de guias referentes de exercícios anteriores, as quais deveriam ser consideradas na conta “59 – Resultados Transitados”.

73 – Proveitos Suplementares

1. Conteúdo

| Código das contas | Designação | Saldo | | Desvios (€) | Desvios (%) |
|-------------------|-------------------------|------------|------------|-------------|-------------|
| | | 31-12-2013 | 31-12-2014 | | |
| 73 | Proveitos Suplementares | - 480,01 | - 757,08 | - 277,07 | 58% |
| 731 | Serviços sociais | - 92,70 | - | 92,70 | -100% |
| 736 | BENS NAO DURADOUROS | - 387,31 | - 757,08 | - 369,77 | 95% |

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à verificação das principais rubricas através da análise documental e à respetiva revisão analítica.

3. Conclusões

Esta rubrica registou um aumento no montante de € 277,07 (58%).

74 – Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

1. Conteúdo

| Código das contas | Designação | Saldo | | Desvios (€) | Desvios (%) |
|-------------------|------------------------------------|--------------|----------------|--------------|-------------|
| | | 31-12-2013 | 31-12-2014 | | |
| 74 | TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS | 5 833 199,26 | - 6 161 143,11 | - 327 943,85 | 6% |
| 7421 | Administrações públicas | 5 306 593,00 | - 5 192 240,89 | 114 352,11 | -2% |
| 74211 | Orçamento do Estado | 5 306 593,00 | - 5 192 240,89 | 114 352,11 | -2% |
| 742111 | Transferências correntes | 4 277 936,00 | - 4 653 408,09 | 375 472,09 | 9% |
| 742112 | Transferências de capital | 1 028 657,00 | - 538 832,80 | 489 824,20 | -48% |
| 7422 | Administrações privadas | - | - 8 300,00 | - 8 300,00 | #DIV/0! |
| 7424 | EXTERIOR | 459 976,03 | - 767 716,41 | 307 740,38 | 67% |
| 7425 | Empresas | 4 946,93 | - 128 705,31 | 123 758,38 | 2502% |
| 743 | Subsídios correntes obtidos | 61 683,30 | - 64 180,50 | - 2 497,20 | 4% |

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à análise dos subsídios contabilizados nesta rubrica e efetuámos a comparação dos valores constantes da comunicação oficial enviada pela DGAL, com a discriminação da participação do Município nos impostos do Estado – 2014 (FEF, FSM, IRS) com o que constava registado na contabilidade.

3. Conclusões

Esta rubrica registou um aumento no montante de € 327.943,85 (6%). As rubricas mais representativas, assim como, as que contribuíram favoravelmente para o aumento das “transferências e subsídios obtidos”, destacamos as variações nas rubricas “742111 – transferências correntes” com um acréscimo de € 375.472,09 (9%), “742112 – transferências de capital” com uma diminuição de € 489.824,20 (48%) resultante do OE de 2014 e “7424 – Exterior” com um acréscimo de € 307.740,38, pelo facto do Município ter reconhecido os proveitos dos subsídios para investimento, quando deveriam ser classificados na rubrica “7983 – Proveitos e ganhos extraordinários – outros”.

75 – Trabalhos para a Própria Entidade

1. Conteúdo

| Código das contas | Designação | Saldo | | Desvios (€) | Desvios (%) |
|-------------------|-----------------------------------|------------|--------------|-------------|-------------|
| | | 31-12-2013 | 31-12-2014 | | |
| 75 | TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE | 272 410,13 | - 111 328,34 | 161 081,79 | -59% |
| 751 | Investimentos financeiros | - | - 12 034,87 | - 12 034,87 | #DIV/0! |
| 752 | Imobilizações corpóreas | 244 632,98 | - 85 073,96 | 159 559,02 | -65% |
| 754 | Imobilizações em curso | 4 621,06 | - 9 324,38 | - 4 703,32 | 102% |
| 755 | Bens de domínio público | 23 156,09 | - 4 895,13 | 18 260,96 | -79% |

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à elaboração e análise do controlo interno, nomeadamente no que respeita às obras realizadas por administração direta.

3. Conclusões

Verificámos que neste exercício foi reconhecido o montante de € 111.328,34 na rubrica de “trabalhos para a própria empresa”, ou seja, menos € 161.081,79 que em Dezembro de 2013.

Os valores imputados em 2014 tiveram como suporte informação retirada da aplicação “gestão de atividades”.

78 – Proveitos e Ganhos Financeiros

1. Conteúdo

| Código das contas | Designação | Saldo | | Desvios (€) | Desvios (%) |
|-------------------|--------------------------------|--------------|--------------|-------------|-------------|
| | | 31-12-2013 | 31-12-2014 | | |
| 78 | PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS | - 355 457,87 | - 379 966,85 | - 24 508,98 | 7% |
| 781 | Juros obtidos | - 64,48 | - 117,91 | - 53,43 | 83% |
| 783 | Rendimentos de imóveis | - 355 393,39 | - 379 848,94 | - 24 455,55 | 7% |

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de proveitos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

Esta rubrica registou um aumento no montante de € 24.508,89, que se deveu, essencialmente, ao aumento da renda de concessão do Parque Eólico.

79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários

1. Conteúdo

| Código das contas | Designação | Saldo | | Desvios (€) | Desvios (%) |
|-------------------|--|--------------|--------------|-------------|-------------|
| | | 31-12-2013 | 31-12-2014 | | |
| 79 | PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS | - 592 369,24 | - 112 399,72 | 479 969,52 | -81% |
| 794 | Ganhos em imobilizações | - | - 6 531,16 | - 6 531,16 | #DIV/0! |
| 795 | Benefícios de penalidades contratuais | - 551 096,10 | - 4 789,76 | 546 306,34 | -99% |
| 796 | Reduções de amortizações e provisões | - 20 647,78 | - | 20 647,78 | -100% |
| 797 | Correcções relativas a exercícios anteriores | - 16 585,46 | - 82 674,92 | - 66 089,46 | 398% |
| 798 | Outros proveitos de ganhos extraordinários | - 4 039,90 | - 18 403,88 | - 14 363,98 | 356% |

2. Trabalho Efetuado

Procedemos ao teste da variação de proveitos e à evolução dos saldos, através da verificação das principais rubricas.

3. Conclusões

Os proveitos e ganhos extraordinários registaram uma diminuição, em termos globais, de € 479.969,52. A variação mais significativa e que mais contribuiu para este decréscimo, ocorreu na rubrica de “benefícios e penalidades contratuais” com um decréscimo de € 549.674,80, derivado das sanções contratuais por cada dia de atraso na obra “Infraestruturas para dinamizar Alfandega da Fé” registadas em 2013. Inversamente, a rubrica “797 – correcções relativas a exercícios anteriores” registou um aumento de € 66.089,46.

3.4. Anotações aos documentos do encerramento das contas

Relativamente a este ponto não detectamos qualquer tipo de desvio substancialmente relevante.

3.5. Acontecimentos Subsequentes

O processo de alienação da participação do Município no capital social da Alfandegatur. Já após a data do encerramento, a situação financeira e de endividamento do Município implicou a sua adesão ao PAM (Plano de Ajustamento Municipal) o qual permite beneficiar de uma redução de encargos financeiros de expressão material relevante.

3.6. Cumprimento das metas orçamentais

Os quadros que a seguir se apresentam evidenciam o conteúdo dos agregados da despesa e da receita:

Análise da Execução da Despesa

| DESPESA | | | | |
|----------------------------------|----------------------|---------------------|----------------------|----------------|
| Corrente | Valores | | | |
| | Orçamentado | Pago | Variação | % |
| 01-Despesa com pessoal | 2.870.922,65 | 2.855.129,30 | -15.793,35 | -0,55% |
| 02-Aquisição de bens e serviços | 2.483.956,87 | 1.874.043,04 | -609.913,83 | -24,55% |
| 03-Juros e outros encargos | 1.191.437,39 | 1.189.229,74 | -2.207,65 | -0,19% |
| 04-Transferências correntes | 815.509,13 | 713.155,42 | -102.353,71 | -12,55% |
| 05-Subsídios | 2.202,00 | 2.200,00 | -2,00 | -0,09% |
| 06-Outras despesas correntes | 32.567,00 | 32.233,67 | -333,33 | -1,02% |
| | 7.396.595,04 | 6.665.991,17 | -730.603,87 | -9,88% |
| Capital | | | | |
| 07-Aquisições de bens de capital | 1.796.148,77 | 1.259.839,17 | -536.309,60 | -29,86% |
| 08-Transferências e capital | 498.594,20 | 395.623,09 | -102.971,11 | -20,65% |
| 09-Activos financeiros | 145.575,37 | 97.500,00 | -48.075,37 | -33,02% |
| 10-Amortização empréstimos | 613.104,15 | 600.720,63 | -12.383,52 | -2,02% |
| 11-Outras despesas de capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | #DIV/0! |
| | 3.053.422,49 | 2.353.682,89 | -699.739,60 | -22,92% |
| Totais de Despesas | 10.450.017,53 | 9.019.674,06 | -1.430.343,47 | -13,69% |

Como se pode apurar da análise do quadro supra as despesas correntes diminuíram € 730.603,87. A rubrica que maior peso teve na diminuição das despesas correntes foi a "02 – Aquisição de bens e serviços" com uma diminuição de € 609.913,83 e "04 – Transferências correntes" com uma variação negativa de € 102.353,71.

Relativamente às despesas de Capital verifica-se uma diminuição de € 699.739,60, tendo a rubrica "07 – Aquisições de bens de capital" apresentado uma variação negativa de € 536.309,60, sendo o maior peso na diminuição global das despesas de capital.

Análise da Execução da Receita

| RECEITA | | | | |
|-----------------------------------|----------------------|---------------------|----------------------|----------------|
| Corrente | Valores | | | |
| | Orçamentado | Cobrado | variação | % |
| 01- Impostos directos | 776.365,52 | 653.286,12 | -123.079,40 | -15,85% |
| 02- Impostos indirectos | 10.468,00 | 10.241,13 | -226,87 | -2,17% |
| 04- Taxas multa e penalidades | 448.341,01 | 307.041,32 | -141.299,69 | -31,52% |
| 05- Rendimentos propriedade | 578.791,00 | 378.789,45 | -200.001,55 | -34,56% |
| 06- Transferências correntes | 5.154.257,40 | 5.035.716,58 | -118.540,82 | -2,30% |
| 07-Vendas de bens e serviços | 401.599,00 | 268.721,74 | -132.877,26 | -33,09% |
| 08- Outras receitas correntes | 136.180,00 | 78.191,31 | -57.988,69 | -42,58% |
| | 7.506.001,93 | 6.731.987,65 | -774.014,28 | -10,31% |
| Capital | | | | |
| 09- Venda de bens de investimento | 217.581,00 | 202.791,33 | -14.789,67 | -6,80% |
| 10-Transferências de capital | 1.341.196,72 | 948.364,35 | -392.832,37 | -29,29% |
| 11 - Activos Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | #DIV/0! |
| 12- Passivos financeiros | 1.077.820,34 | 1.077.811,62 | -8,72 | 0,00% |
| 13-Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | #DIV/0! |
| Receitas de capital | 2.636.598,06 | 2.228.967,30 | -407.630,76 | -15,46% |
| 15-Outras receitas | 2.700,00 | 7.012,70 | 4.312,70 | 159,73% |
| | 2.639.298,06 | 2.235.980,00 | -403.318,06 | -15,28% |
| 16-saldo gerencia anterior | 304.717,54 | 304.717,54 | 0,00 | 0,00% |
| | 10.450.017,53 | 9.272.685,19 | -1.177.332,34 | -11,27% |

No que concerne às receitas correntes verifica-se uma diminuição de € 774.014,28 conforme se alcança no quadro acima. A rubrica que maior peso teve na diminuição das receitas correntes foram “04 – Taxas multas e penalidades” com diminuição de € 141.299,69, “05 – Rendimentos propriedades” com uma diminuição de € 200.001,55 e “06 – Transferências Correntes” com uma variação negativa de € 118.540,82.

Ao nível das receitas capital verifica-se um decréscimo de € 407.630,76, tendo a rubrica “10 – Transferência de capital” diminuído € 392.832,37.

3.7. Análise à Execução Orçamental

À data de 31 de Dezembro de 2014 a execução orçamental correspondia, genericamente, aos seguintes valores:

| Rubricas | Valores Absolutos | | Prev/Exec |
|--------------------------------------|-------------------|--------------|-----------|
| | Previsão | Execução | % |
| 1 - Saldo Inicial | 304.717,54 | 304.717,54 | 100,00% |
| 2 - Rep. não abatidas nos pagamentos | 0,00 | 0,00 | #DIV/0! |
| 3 - Receita Corrente | 7.506.001,93 | 6.731.987,65 | 89,69% |
| 4 - Despesa Corrente | 7.396.595,04 | 6.665.991,17 | 90,12% |
| 5 - Receita de Capital | 2.636.598,06 | 2.228.967,30 | 84,54% |
| 6 - Despesa de Capital | 3.053.422,49 | 2.353.682,89 | 77,08% |
| 7 - Receita Total (1+2+3+5) | 10.447.317,53 | 9.265.672,49 | 88,69% |
| 8 - Depesa Total (4+6) | 10.450.017,53 | 9.019.674,06 | 86,31% |

Em relação ao controlo orçamental da receita verifica-se que a execução das receitas de capital ficou aquém do orçamentado, com uma execução de, apenas, 84,54%.

Relativamente ao controlo orçamental da despesa verifica-se um desvio negativo de 11,31%, pelo facto de ter sido baixa a execução da despesa de capital, situando-se nos 77,08%.

Em síntese, verificámos que a execução orçamental global relativa ao exercício ficou, aproximadamente, em 87,50% da estimativa efetuada o que nos leva a concluir que o nível de execução orçamental ficou aquém das projecções da despesa e da receita inscritas no orçamento de 2014.

De acordo com art.º 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, as receitas cobradas brutas deveram ser pelo menos iguais à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, cifrando-se em 31 de Dezembro de 2014 no montante de €

8.239.607,47. Face ao exposto e verificamos que o Município apresenta desequilíbrio orçamental de € 1.507.619,82.

3.8. Fundos Disponíveis

Conforme se verifica no quadro abaixo não se verificam diferenças entre os fundos disponíveis constantes da aplicação POCAL e os fundos disponíveis enviados para a DGAL via SIAL.

Município nos meses de Janeiro a Dezembro apresenta fundos disponíveis positivos, não pondo em causa o preconizado na alínea f) do art.º 3º da Lei 8/2012 de 21/2, pelo que se verifica o cumprimento definido no n.º 1 do art.º 5 da mesma Lei.

| FUNDOS DISPONÍVEIS (valores em Euros) | | | |
|---|-------------------------|--------------------------|-------------------------|
| Teste às aos Fundos Disponíveis SIAL vs POCAL | | | |
| Mês | Dados Extraídos do SIAL | Dados Extraídos do POCAL | Diferença SIAL vs POCAL |
| Janeiro | 1.942.747,32 | 1.942.747,32 | - |
| Fevereiro | 694.161,22 | 694.161,22 | - |
| Março | 218.990,07 | 218.990,07 | - |
| Abril | 93.509,09 | 93.509,09 | - |
| Maior | 356.219,62 | 356.219,62 | - |
| Junho | 181.239,79 | 181.239,79 | - |
| Julho | 55.851,01 | 55.851,01 | - |
| Agosto | 39.511,76 | 39.511,76 | - |
| Setembro | 237.256,77 | 237.256,77 | - |
| Outubro | 72.244,27 | 72.244,27 | - |
| Novembro | 34.543,45 | 34.543,45 | - |
| Dezembro | 332.450,25 | 332.450,25 | - |

3.9. Efatura vs POCAL

| 24 - Estado (valores em Euros) | | | | | | | |
|---|---------------|-------------|-----------------------------|------------|-------------|----------|--------------|
| 243 - Imposto sobre o Valor Acrescentado | | | | | | | |
| Teste a correlação entre dados comunicados via Efatura vs Declarações periódicas de IVA | | | | | | | |
| Período | Dados Efatura | | Declaração Periódica de IVA | | | Desvio | |
| | Valor do IVA | Valor Total | Valor do IVA | Base | Valor Total | IVA | Valor Total |
| Janeiro | 1.252,82 | 38.660,73 | 1.278,58 | 19.009,60 | 20.288,18 | 25,76 | - 18.372,55 |
| Fevereiro | 1.722,14 | 49.284,18 | 1.722,14 | 25.081,77 | 26.803,91 | - | - 22.480,27 |
| Março | 1.551,84 | 40.472,71 | 1.551,84 | 22.742,70 | 24.294,54 | - | - 16.178,17 |
| Abril | 1.460,24 | 104.997,24 | 1.580,85 | 23.427,45 | 25.008,30 | 120,61 | - 79.988,94 |
| Maior | 2.425,88 | 105.999,74 | 2.748,32 | 29.605,45 | 32.353,77 | 322,44 | - 73.645,97 |
| Junho | 2.055,68 | 55.307,26 | 2.097,08 | 28.759,60 | 30.856,68 | 41,40 | - 24.450,58 |
| Julho | 1.756,02 | 115.742,81 | 1.865,93 | 27.521,95 | 29.387,88 | 109,91 | - 86.354,93 |
| Agosto | 1.676,00 | 65.769,98 | 1.676,00 | 27.194,95 | 28.870,95 | - | - 36.899,03 |
| Setembro | 2.180,46 | 63.645,16 | 2.181,61 | 33.223,89 | 35.405,50 | 1,15 | - 28.239,66 |
| Outubro | 1.631,86 | 137.834,68 | 1.631,86 | 26.800,00 | 28.431,86 | - | - 109.402,82 |
| Novembro | 1.965,88 | 59.007,87 | 2.212,33 | 24.765,20 | 26.977,53 | 246,45 | - 32.030,34 |
| Dezembro | 1.782,02 | 122.325,56 | 2.155,23 | 26.682,24 | 28.837,47 | 373,21 | - 93.488,09 |
| | 21.460,84 | 959.047,92 | 22.701,77 | 314.814,80 | 337.516,57 | 1.240,93 | - 621.531,35 |

Dos testes de correlação entre as declarações periódicas de IVA e a informação reportada via Efatura para Autoridade Tributaria, verificamos as diferenças acima identificadas. Pese embora em termos de IVA liquidado as diferenças sejam de reduzido valor (sendo explicado pelas notas de crédito/débito e faturas com iva autoliquidação que não nos foi possível aferir no mapa do Efatura) as quais no efatura não, já em relação aos montantes faturados as diferenças são de elevado valor. Note-se que as declarações de IVA deverão ser preenchidas com toda a informação referente a todos os atos tributários (Sujeitos, isentas ou não tributadas).

3.10. Análise económico-financeira

No quadro abaixo é possível verificar a variação dos custos e dos proveitos no período de 2013/2014:

| Rubricas | Descrição | 31-12-2013 | 31-12-2014 | Desvio € | Varição % |
|----------|--|----------------------|----------------------|----------------------|--------------|
| 71 | Vendas e Prestação de Serviços | -1 097 174,37 | -453 163,47 | 644 010,90 | -59% |
| 72 | Impostos e Taxas | -953 056,30 | -976 877,15 | -23 820,85 | 2% |
| 73 | Impostos e Taxas | -480,01 | -757,08 | -277,07 | 58% |
| 74 | Transferencias e Subsídios Correntes Obtidos | -5 833 199,26 | -6 161 143,11 | -327 943,85 | 6% |
| 75 | Trabalho para a Própria Entidades | -272 410,13 | -111 328,34 | 161 081,79 | -59% |
| 78 | Proveitos e Ganhos Financeiros | -355 457,87 | -379 966,85 | -24 508,98 | 7% |
| 79 | Prov. Gan. Extraordinários | -592 369,24 | -112 399,72 | 479 969,52 | -81% |
| | Total dos Proveitos | -9 104 147,18 | -8 195 635,72 | 908 511,46 | -10% |
| 61 | CMVMC | 188 883,83 | 182 591,71 | -6 292,12 | -3% |
| 62 | F.S.E. | 1 912 965,53 | 1 806 660,85 | -106 304,68 | -6% |
| 63 | Transferencia e Subsídios Correntes C. Prest. Se | 698 142,93 | 771 759,74 | 73 616,81 | 11% |
| 64 | Custos c/ Pessoal | 2 820 211,31 | 2 852 924,83 | 32 713,52 | 1% |
| 65 | Outros Custos Operac. | 0,00 | 550,00 | 550,00 | |
| 66 | Amortizações do Exercício | 1 344 831,56 | 896 563,06 | -448 268,50 | -33% |
| 67 | Provisões do Exercício | 0,00 | 286 734,78 | 286 734,78 | |
| 68 | Custos e Perdas Financ | 781 526,80 | 1 497 042,40 | 715 515,60 | 92% |
| 69 | Custos e Perdas Extraord. | 227 391,25 | 455 077,60 | 227 686,35 | 100% |
| | Total dos Custos | 7 973 953,21 | 8 749 904,97 | 775 951,76 | 10% |
| | Proveito - Custos | 1 130 193,97 | -554 269,25 | -1 684 463,22 | -149% |

Da análise ao quadro acima ressaltam os seguintes aspectos:

- Em relação ao exercício de 2013, o Município registou uma redução de € 908.511,46 (10%) no total dos proveitos, enquanto os custos registaram um aumento de € 775.951,73 (10) %, ou seja, verifica-se uma evolução desfavorável de exploração;
- Relativamente aos proveitos, foram nas rubricas “vendas e prestação de serviços” e “proveitos e ganhos extraordinários” que mais contribuíram para a redução registada, com decréscimos de € 44.010,90 e € 479.969,52 respetivamente, derivado

das rendas à ATMAD relacionadas com a cedência de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais (conta 71) e das sanções contratuais aplicadas ao empreito da obra “Infraestruturas para dinamizar Alfândega da Fé” por cada dia de atraso (conta 79), ambas registadas em 2013;

- As rubricas que apresentaram maior variação no conjunto dos custos foram as rubricas de “amortizações do exercício” com uma diminuição de € 448.268,50 explicado pelo facto de no, exercício de 2013, terem sido reconhecidas amortizações de exercícios anteriores como sendo do exercício, aumento na rubrica “67 – Provisões do exercício” com um acréscimo de € 286.734,78 referente a processos judiciais em curso e na rubrica “68 – custos e perdas financeiras” com um acréscimo de € 715.515,60 devido, essencialmente, ao aumento dos juros do empréstimo do reequilíbrio financeiro e internalização da EDEAF; e
- Face ao exposto anteriormente o Município registou um resultado líquido do exercício inferior ao do exercício de 2013 em € 1.684.463,22.

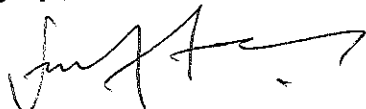
Conclusões

No decorrer do trabalho efectuado não detetámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao orçamento e plano aprovados pela Assembleia Municipal.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Município de Alfândega da Fé, tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual do Auditor Externo, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Município e o resultado das suas operações.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da Câmara Municipal e designadamente do pessoal da Divisão Financeira.

Bragança, 22 de Abril de 2015



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC nº 1047
em representação da S.R.O.C. n.º92 – Fernando Peixinho & José Lima